



**ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR**  
Vol. XVI (2015)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

***A demografia da Paraíba. Uma análise preliminar, 1774–1820***

Yamê Paiva 

---

**Como Citar | How to Cite**

Paiva, Yamê. 2015. «A demografia da Paraíba. Uma análise preliminar, 1774–1820». *Anais de História de Além-Mar* XVI: 205-226. <https://doi.org/10.57759/aham2015.36680>.

**Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

**Copyright**

© O(s) Autor(es), 2015. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2015. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

# A demografia da Paraíba. Uma análise preliminar, 1774–1820

Yamê Paiva\*

*Anais de História de Além-Mar XVI* (2015): 205–226. ISSN 0874-9671

## Resumo

Um rico conjunto estatístico foi produzido para a capitania da Paraíba entre finais do século XVIII e início do XIX. Trata-se de mapas de população produzidos a partir das determinações régias enviadas aos governadores do Brasil, que estabeleciam a execução de um mapa estatístico anual com informação detalhada sobre as estruturas e movimentos da população. Com base maioritariamente neste corpus documental, este artigo tem por objetivo apresentar um primeiro retrato demográfico da Paraíba, apresentando os ritmos de crescimento dos efetivos, sua composição racial e jurídica (livres e não livres) e a estruturação por gênero, idade e grupos (brancos, mulatos, pretos e índios).

**Palavras-chave:** capitania da Paraíba, mapas estatísticos, população, séculos XVIII e XIX.

Data de submissão: 15/04/2015

Data de aprovação: 19/05/2015

## Abstract

A significant set of statistical censuses was produced for the captaincy of Paraíba between the late eighteenth and early nineteenth centuries. It refers to population charts derived from royal orders sent to Governors of Brazil, which established the execution of an annual statistical chart with detailed information about structures and movements of the population. Based largely on this documentation, this article aims to present a first demographic portrait of Paraíba, showing its rates of growth, racial and juridical composition (free and enslaved) and its structure by gender, age and groups (whites, mulattoes, blacks and indians).

**Keywords:** captaincy of Paraíba, eighteenth and nineteenth centuries population, statistics charts.

Date of submission: 15/04/2015

Date of approval: 19/05/2015

\* [Universidade NOVA de Lisboa], Portugal. Doutoranda em História. Bolsista CAPES, Brazil. E-mail: yamepaiva@yahoo.com.br

## A demografia da Paraíba. Uma análise preliminar, 1774–1820

Yamê Paiva

### Introdução

Situada no atual Nordeste<sup>1</sup> brasileiro, a capitania da Paraíba corresponde a um dos territórios mais antigos de conquista e colonização da América portuguesa. Sua fundação remonta ao ano de 1585, quando se iniciou, lentamente, o estabelecimento das bases administrativas e governativas, bem como do primeiro núcleo de povoação, composto nomeadamente por aqueles envolvidos nas expedições de conquista do rio Paraíba<sup>2</sup>.

Como as demais capitanias do Norte, a Paraíba esteve sob o domínio holandês até meados do século xvii, desde 1634 até 1654. A luta contra o invasor somou graves prejuízos ao erário da capitania, uma vez que a estrutura da produção açucareira ficou seriamente comprometida. Segundo o governador da Paraíba no pós-restauração holandesa, João Fernandes Vieira (1655–1657), a capitania encontrava-se em estado miserável, não ficando pedra sob pedra<sup>3</sup>. Para agravar o cenário desventuroso, faltavam capitais para investir na reconstrução da estrutura agromanufatureira.

Uma vez retomado o controle político da colônia pela Coroa portuguesa, a Paraíba continuou a crescer<sup>4</sup>. O processo de interiorização<sup>5</sup> possibilitou

---

<sup>1</sup> O Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil e compreende o território de nove estados (Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Sergipe, Alagoas e Maranhão). A Paraíba, juntamente com Pernambuco, Rio Grande e Ceará formavam, durante o período colonial, o conjunto das capitanias do Norte do Estado do Brasil. Ver Carmen ALVEAL, «Capitanias do Norte (Brasil)» in J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dirs), *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*, Lisboa, CEHC-IUL, 2014. Disponível em <http://edittip.net/2014/02/04/capitanias-do-norte/>.

<sup>2</sup> Um excelente estudo sobre o processo de conquista do rio Paraíba e da organização inicial da capitania pode ser encontrado em Regina Célia GONÇALVES, *Guerras e Açúcares: Política e economia na capitania da Paraíba (1585–1630)*, Bauru, Edusc, 2007.

<sup>3</sup> Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 1, doc. 37 (Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João IV, sobre o requerimento do mestre-de-campo João Fernandes Vieira, solicitando mandar declarar com que título e soldo há-de governar a Paraíba. Lisboa, 08 de janeiro de 1655).

<sup>4</sup> Para uma visão do pós-guerra e da reestruturação da capitania através da sua Provedoria da Fazenda Real conferir Mozart Vergetti de MENEZES, *Colonialismo e Ação. Fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647–1755)*, tese de Doutorado em História Econômica, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>5</sup> A interiorização fez-se através da dinâmica de mercês de datas de terras, sesmarias, as quais foram utilizadas principalmente para a atividade da pecuária e dos negócios do couro. Sobre as vias de penetração e ocupação dos sertões (entradas), consultar Horácio de ALMEIDA, *História da Paraíba*, Vol. 2, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1978; Paulo Henrique Marques de Queiroz GUEDES, *A Colonização do Sertão da Paraíba: Agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650–1730)*, tese de mestrado em Geografia, João Pessoa, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

a ocupação de novos espaços<sup>6</sup> e o desenvolvimento de novas atividades econômicas, especialmente a pecuária e os derivados do couro, fomentando o estabelecimento de vários circuitos mercantis. Todavia, chegado a meados do século XVIII, outra alteração passou a afetar a vida política da capitania. A subordinação à capitania de Pernambuco, iniciada em 1755 e que se estendeu por quarenta e quatro anos, restringiu o nível de ação política dos governadores. Em termos práticos isto significou a necessidade de anuência do governador e capitão-general de Pernambuco nas questões relativas a assuntos militares, fiscais e governativos<sup>7</sup>.

Os pesados anos de subordinação fizeram-se acompanhados de uma exaustiva correspondência dos governadores a argumentarem a inconveniência da anexação a Pernambuco. Somente no ano de 1799 recuperava a Paraíba a sua autonomia. As centenas de fólios que denunciavam a necessidade da manutenção de uma autonomia a Pernambuco parecem não ter sido suficientes para determinar a decisão real pela mesma. Nesse sentido, foi recomendado ao governador da Paraíba nomeado em 1797, Fernando Delgado Freire de Castilho (1797-1802), um conjunto de informações relativas a esse espaço. Tratava-se de uma espécie de inventário da capitania, um levantamento atualizado da situação econômica, fiscal, política, militar e geográfica da Paraíba. Entravam nessa ordem de fatores aspetos como produção econômica, valores de exportação, importação e preços dos produtos, número de companhias militares, extração e classificação das madeiras, fortalezas, administração da justiça, limites do território, cidades e vilas existentes e população<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Até a primeira metade do século XVII, a ocupação da Paraíba encontrava-se circunscrita à Zona da Mata. Era nesse espaço que ficava situada a maioria dos engenhos, sendo o açúcar a atividade econômica por excelência. Somente no final de Seiscentos é que ocorreram movimentos de ocupação definitiva do espaço do interior da capitania. A penetração na área do sertão foi acompanhada por uma violenta guerra contra os grupos indígenas que aí viviam, designados genericamente por tapuias. O combate aos tapuias ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros e transformou-se num dos episódios mais violentos durante o controle português sobre o Brasil. O crescimento populacional nesses polos do sertão levou à criação de novas freguesias e vilas, embora a Cidade da Paraíba permanecesse durante todo o século XVIII com o estatuto único de cidade em toda a capitania. Sobre a geografia dos engenhos ver o trabalho de Juliano Loureiro de CARVALHO, *Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750-1808*, tese de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2008. Para a Guerra dos Bárbaros já existem vários estudos disponíveis. O trabalho de Pedro PUNTONI continua, ainda assim, a ser uma das principais referências. Consultar Pedro PUNTONI, *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Edusp, 2002.

<sup>7</sup> Para o assunto ver Elza Régis de OLIVEIRA, *A Paraíba na Crise do Século XVIII: Subordinação e autonomia*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2007 e M. V. de MENEZES, op. cit.

<sup>8</sup> O relatório produzido pelo governador, resultante desta ordem régia, pode ser encontrado em Irineu Ferreira PINTO, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, Vol. 1, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977, pp. 205-13.

Esse amplo leque de informações sobre a capitania da Paraíba não era parte, somente, das práticas governativas ilustradas da época. É certo que este interesse também se fazia sentir. Contudo, um significado político de maior alcance estava subjacente a esta ordem régia: o fim ou a manutenção da anexação a Pernambuco. Desta maneira, a receita da Provedoria da Fazenda da Paraíba constituía um dos pontos nevrálgicos que determinaria a autonomia da capitania frente a Pernambuco. Porém, o interesse em saber o número de habitantes entraria como um elemento diretamente relacionado à produção econômica da capitania. E conforme o pensamento ilustrado presente em Portugal desde finais do século XVIII, a população representava um indicador do grau de riqueza dos espaços, uma vez que se relacionava às atividades produtivas, nomeadamente a agricultura, e às rendas provenientes da tributação das trocas mercantis.

Em termos historiográficos, os estudos sobre a Paraíba colonial começaram a surgir no início do século XX, embora a principal produção, derivada das teses e dissertações desenvolvidas nos programas de pós-graduação, date somente do final da mesma centúria. Sendo assim, a pesquisa empírica sobre o período colonial é bastante recente. Nesse quadro, os estudos de população são ainda mais reduzidos, conforme se referirá a seguir. Esta carência de trabalhos sobre demografia é, na verdade, sintomática para toda a colônia. É certo que bastante se avançou desde os trabalhos precursores de Dauril Alden<sup>9</sup>, Maria Luíza Marcílio<sup>10</sup> e Iraci del Nero da Costa<sup>11</sup>, todavia, ainda continua difícil a visualização de um retrato global da população da América portuguesa.

A presença, a ausência ou o não conhecimento de fontes explicam em parte esta configuração. Sendo assim, o estudo demográfico da Paraíba permite não somente somar informação ao material bibliográfico já existente, como também possibilita conhecer o comportamento demográfico de capitânias de menor dimensão.

Assim, o presente artigo tem por objetivo principal apresentar o perfil geral da população da capitania da Paraíba entre os anos de 1774 e 1820. A partir da análise dos mapas populacionais de 1798 a 1805, procura-se apresentar informações relativas à estrutura etária e à composição social (brancos, índios, pretos, mulatos) e jurídica (livres e cativos) dos habitantes da capitania. Além disso, visa-se observar o comportamento demográfico da população, nomeadamente os aspetos relativos à nupcialidade.

---

<sup>9</sup> DAURIL ALDEN, «The population of Brazil in the late eighteenth century. A preliminar study», *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 43, n.º 2, mai. 1963, pp. 173–205.

<sup>10</sup> MARIA LUIZA MARCÍLIO, *A Cidade de São Paulo: Povoamento e população, 1750–1850*, São Paulo, Edusp, 1973a.

<sup>11</sup> IRACI DEL NERO DA COSTA, *Vila Rica: população (1719–1826)*, São Paulo, IPE-USP, 1979.

## Fontes demográficas para a Paraíba

### Os mapas de população, 1798–1802

Anexa à determinação régia de 1797, o governador Fernando Delgado recebeu modelos de tabelas de mapas de exportação e importação e também os de população. Faziam parte dos últimos, mapas relativos ao número de habitantes, de casamentos, nascimentos e óbitos, de ocupação dos habitantes e de moléstias previstas e não previstas.

Além da especificidade conjuntural que os mapas apresentam, uma vez que estavam inseridos em uma determinação régia mais ampla, esse *corpus* documental não foi uma exclusividade da Paraíba. Fez, antes, parte do diploma régio de 06 de dezembro de 1797<sup>12</sup>, enviado às autoridades governativas de todas as possessões ultramarinas. A partir da segunda metade do século XVIII, inicia-se um esforço de levantamento estatístico das possessões portuguesas por parte da Coroa e dos seus órgãos. Não obstante outros esforços de coleta de informações sobre as populações das capitanias<sup>13</sup>, a década de 1770 é, como afirma Alden, quando começam a ser coletadas informações pormenorizadas sobre os habitantes das colônias portuguesas e também espanholas<sup>14</sup>.

Nesse grupo de censos realizados em finais do Setecentos, aqueles que apresentam maior detalhamento e maior número de informações são os decorrentes dos diplomas régios de 1796 e 1797, sendo o último uma versão ampliada do antecedente. Basicamente, a principal diferença estava na distribuição dos grupos etários. Ao contrário do diploma de 1796, que reunia os habitantes na escala 0–7, 7–14, 14–25, 25+, a ordem emitida em 1797 apresentava como modelo a sequência etária 0–5, 5–10, 10–20, +100<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> Paulo Teodoro de MATOS, «Population Censuses in the Portuguese Empire, 1750–1820: Research Notes», *Romanian Journal of Population Studies*, Vol. VII, n.º 1, jan.–jun. 2013, p. 16.

<sup>13</sup> Os primeiros levantamentos pormenorizados e com critérios definidos de coleta de dados existem desde os primeiros anos da década de 1770, embora sejam esparsos em termos territoriais e cronológicos. Antes desse decênio, verifica-se a existência de tentativas pontuais de registros estatísticos, como é o caso, por exemplo, da capitania do Rio Negro, onde desde o ano de 1762 é possível encontrar mapas da população indígena. Na sua sequência, conforme apontam Matos e Silveira, a ordem régia de 17 de julho de 1773 dá início à elaboração de recolhidas estatísticas regulares na América portuguesa, que vão sendo aprimoradas nos diplomas de 1776 e de 1797. AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio Negro, Cx.2, Doc. 113 (OFÍCIO do ouvidor e intendente geral do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] a enviar os mapas estatísticos das despesas, população e gêneros da capitania). Paulo Teodoro de MATOS e Paulo Silveira e SOUZA, «A estatística da população na América Portuguesa, 1750–1820» in *Memórias. Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe*, Barranquilla, Colombia, Vol. 11, n.º 25, jan.–abr., 2015, p. 72–103.

<sup>14</sup> D. ALDEN, art. cit., p. 177.

<sup>15</sup> P. T. MATOS, art. cit. p. 16.

Apesar da ampla proporção territorial que alcançou este diploma, a resposta ao mesmo parece ter sido reduzida. Segundo Paulo Teodoro de Matos, até o momento, conhece-se apenas mapas para Benguela, Açores e algumas capitânicas do Brasil<sup>16</sup>. No caso da capitania da Paraíba, os mapas de população foram produzidos anualmente, totalizando uma série de sete anos, desde 1798 até 1805<sup>17</sup>. Trata-se do principal conjunto documental existente deste espaço para o período colonial. Apesar da importância inequívoca dos dados sobre população que podem ser encontrados nesse material, sua potencialidade ainda não foi plenamente explorada.

O tema da demografia da Paraíba foi pouco desenvolvido, seja pela historiografia local, seja pela historiografia brasileira. As poucas pesquisas existentes sobre o assunto estão, sobretudo, voltadas para século XIX e frequentemente apresentam um enfoque micro, circunscrito a uma determinada freguesia ou grupo social. O conjunto de mapas acima referido acabou por ser utilizado, pontualmente, como subsídio para diversos trabalhos, a fim de disponibilizar dados sobre população de alguma vila ou paróquia<sup>18</sup>. Desta maneira, o quadro geral da população, passível de ser extraído a partir da recolha dos dados neles existentes, começa somente agora a ser visualizado<sup>19</sup>.

Os mapas de população estão divididos nas seguintes categorias: mapas de habitantes, mapas de casamentos, nascimentos e óbitos, mapas das ocupações dos habitantes e mapas das moléstias previstas e não previstas. Eles encontram-se disponíveis para cada freguesia e vila, assim como para toda a capitania<sup>20</sup>. Por si só, isto já demonstra uma particularidade apreciável desta documentação.

Além da escassez de estudos sobre população, a Paraíba, pela documentação que apresenta, constitui-se num excelente objeto de estudo. Visto que os mapas permitem acompanhar a evolução populacional por uma sequência de

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>17</sup> Somente não existem mapas para o ano de 1803.

<sup>18</sup> Algumas utilizações: Solange Pereira da ROCHA, *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, família e parentesco espiritual*, tese de doutoramento em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2007; E. R. de OLIVEIRA, op. cit.; Maria Luiza MARCÍLIO, «La población colonial» in L. Bethell (ed.), *Historia de América Latina. América Latina colonial: población, sociedade y cultura*, Vol. 4, Barcelona, Editorial Crítica, 1990, pp. 39–60.

<sup>19</sup> Os mapas de população foram motivo de um breve estudo por parte da autora e, atualmente, estão a ser trabalhados no âmbito do projeto *Counting Colonial Populations. Demography and the use of statistics in the Portuguese Empire, 1776-1910*, acolhido pelo Centro de História d'Aquém e d'Além-mar e sob a coordenação de Paulo Teodoro de Matos (CHAM, FCSH/NOVA-Uac). Yamê Galdino de PAIVA, *Capitania da Paraíba: População e Circuitos mercantis na virada para o século XIX*, Monografia de conclusão de curso, Licenciatura em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

<sup>20</sup> A exceção é o ano de 1799 para o qual somente existem os mapas totais da capitania.

anos, ainda que pequena, os dados neles encontrados são capazes de captar um retrato, mesmo que incompleto, da população da capitania. Composição social, condição jurídica, comportamentos demográficos (taxas de crescimento, de natalidade e de mortalidade) e idade média ao casamento são algumas das variáveis possíveis de ser calculadas através dos mapas.

Os mapas apresentam ainda uma particularidade: eles existem individualizados, para cada freguesia e vila, assim como para toda a capitania. Isto permite estabelecer um quadro da distribuição espacial da população pelo território da capitania, que dificilmente outro tipo de fonte pode oferecer. Por fim, diante do caráter irregular e difuso da maior parte das fontes demográficas, os mapas de população constituem uma curta série de sete anos praticamente homogênea. Ainda que por breve espaço de tempo, eles nos dão a conhecer as tendências gerais da população de uma capitania que, como muitas outras, não atuavam enquanto polos de capitalidade político-econômica da América portuguesa, mas que estavam inseridas e eram indispensáveis para a manutenção das dinâmicas coloniais.

### Outras fontes

Os mapas de população formam o conjunto mais completo de informação demográfica da capitania da Paraíba. Entretanto, além deles, a Paraíba conta com algumas outras fontes documentais. São elas:

- 1) «Ideia da população da capitania de Pernambuco e de suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contratos e rendimentos, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o capitão general José César de Menezes»<sup>21</sup>;
- 2) «Mapa que mostra o número de habitantes das quatro capitánias deste governo; a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, 1782»<sup>22</sup>;

<sup>21</sup> Este documento apresenta o total de pessoas de desobriga, ou seja, aquelas que cumpriam os preceitos de confissão e comunhão durante a Quaresma. Ao final do mesmo encontra-se outra relação de habitantes, extraída da lista dos párocos no ano de 1782. Esta, por sua vez, apresenta a população com a divisão de gêneros e classes de idades. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [BNRJ], *Anais*, 1918, Vol. 40, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Bibliotheca Nacional, 1923, pp. 1-112.

<sup>22</sup> AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 145, doc. 10638 (OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando o mapa da enumeração dos povos da capitania de Pernambuco. Recife, 25 de setembro de 1782)

- 3) «Mapa que mostra o número de habitantes das quatro capitanias deste governo; a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, 1788»<sup>23</sup>.

Há algumas diferenças entre as fontes acima e os mapas de população que precisam de ser assinaladas. Todos eles pertencem ao que Maria Luiza Marcílio denominou de período proto-estatístico<sup>24</sup>, contudo, nos últimos, a população apresenta um nível de detalhamento não verificado nas fontes de 1774, 1782 e 1788. Uma das principais diferenças está na tipologia etária. Nesses três, a população encontra-se dividida em 8 classes<sup>25</sup>, enquanto que, nos mapas produzidos entre 1798 e 1805, o modelo é o do inaugurado com o diploma régio de 1796, acima mencionado, ou seja, encontram-se agrupados em intervalos etários de cinco anos, até à idade de 10 anos (0–5, 5–10) e os seguintes a cada dez anos (10–20, 20–30,... +100).

Já para o período imperial as fontes começam a ser mais abundantes, embora estejam na maior parte das vezes circunscritas ao nível das paróquias. Os registros de batismo, de casamento e de óbito costumam constituir o principal suporte demográfico para os historiadores do Oitocentos. Para o período imperial, e dentro da cronologia que cobre este artigo, a Paraíba dispõe basicamente das informações fornecidas por Joaquim Noberto de Souza e Silva<sup>26</sup>, as quais consistem numa tentativa de recompilação dos indicadores de população existentes para o Brasil até 1870, momento em que seu

<sup>23</sup> AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 178, doc. 12742 (OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa da população, referente ao ano de 1788, e justificando a demora do envio devido as dificuldades do Bispado em repassar as informações, por causa da distância e falta de recursos, Recife, 31 de outubro de 1791).

<sup>24</sup> Maria Luiza Marcílio reconhece três fases estatísticas para o Brasil. A primeira, denominada *era pré-estatística*, vai desde os primeiros registros sobre a população colonial até à primeira metade do século XVIII. A segunda, a *era proto-estatística*, compreende o período entre 1750 e 1872 (ano do primeiro recenseamento geral do Brasil), quando começam as primeiras séries estatísticas. Já a última fase, a *era estatística*, inicia-se em 1872, momento em que surgem os censos regulares e de âmbito nacional. Ver, Maria Luiza MARCÍLIO, «Crescimento histórico da população brasileira até 1872», *Cadernos CEBRAP*, Vol. 16, 1973b, pp. 6–7.

<sup>25</sup> 1) Meninos de até 7 anos de idade completos, 2) rapazes até à idade de 15 anos completos, 3) homens à idade de 60 anos, 4) velhos de 60 para cima, 5) crianças até 7 anos completos, 6) raparigas até à idade de 14 anos completos, 7) mulheres à idade de 50 anos, 8) velhas de 50 para cima. As pessoas com 100 ou mais anos são nomeadas individualmente.

<sup>26</sup> Joaquim Noberto Sousa e SILVA, *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada Província per si Tentados desde os Tempos Coloniais até hoje*, São Paulo, IPE/USP, 1986.

relatório foi produzido. Outrossim, o trabalho de Tarcísio Botelho<sup>27</sup> também reúne importantes quantitativos da população da Paraíba até o século XIX.

No concernente à historiografia local, a Paraíba conta com valiosos trabalhos, contudo quase todos voltados para o século XIX e dedicados a temas ligados à escravidão<sup>28</sup>. Estimativas sobre a população podem ser encontradas, de modo esparso, em bibliografia diversa. Dentre a chamada historiografia clássica, produzida principalmente pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Irineu Ferreira Pinto, autor de uma obra que traz uma seleção de documentos sobre a Paraíba colonial e imperial, dá-nos a conhecer alguns números absolutos da população total, livre e escrava, da mesma. Contudo, trata-se, na maior parte das vezes, de dados de origem não conhecida, portanto de difícil verificação<sup>29</sup>. Outros autores chegaram a trabalhar com os mapas gerais da Paraíba, mas sem dar um exato tratamento demográfico aos mesmos, isto é, são trabalhos em que a população não é o foco principal de investigação.

Em resumo, dentre as fontes demográficas que existem para a Paraíba desde o período colonial até as décadas iniciais do século XIX, os mapas populacionais constituem a informação mais completa sobre os grupos desse espaço, permitindo levantamentos estatísticos de apreciável valor qualitativo.

O quadro a seguir mostra, resumidamente, as principais características das fontes a serem utilizadas no presente artigo.

---

<sup>27</sup> Tarcísio BOTELHO, «Estimativas da população para o Brasil, séculos XVIII e XIX» in *Quintas Jornadas de Historia Económica*, Asociación Uruguaya de Historia Económica [AUDHE], 2011, pp. 1–16.

<sup>28</sup> Alguns deles são: Diana GALIZZA, *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850–1888*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979; S. P. ROCHA, op. cit.; Maria da Vitória Barbosa LIMA, *Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: Escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*, doutoramento em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

<sup>29</sup> O autor restringe-se a dizer na maior parte dos casos: «Um recenseamento feito no corrente anno [1811] acusa a população seguinte (...)» ou «Declara Robert Southey que a população da capitania passava neste anno [de 1812] de 122.000 habitantes (...)». Em alguns casos é possível recuperar a informação utilizada pelo autor, mas em outros não é possível saber a fonte utilizada. I. F. PINTO, op. cit., p. 242.

	População total	Gênero	Composição racial	Composição jurídica	Grupos etários	Nascimentos	Mortes	Casamento	Referência
1774	x								(a)
1782	x	x			x				(b)
1788	x	x			x				(c)
1798	x	x	x	x	x	x	x	x	(d)
1799	x	x	x	x	x	x	x	x	(e)
1800	x	x	x	x	x	x	x	x	(f)
1801	x	x	x	x	x	x	x	x	(g)
1802	x	x	x	x	x	x	x	x	(h)
1804	x	x	x	x	x	x	x	x	(i)
1805	x	x	x	x	x	x	x	x	(j)
1808	x			x					(l)
1811	x			x					(m)
1812	x			x					(n)
1820	x			x					(o)

### 1 Descrição e referência das fontes

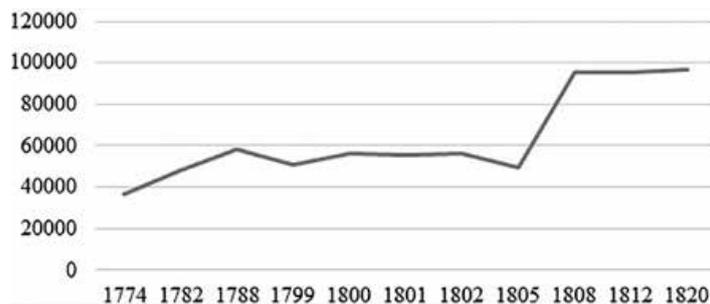
Fontes: (a) «Ideia da população da Capitania de Pernambuco e de suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, Povoações notáveis, Agricultura, numero dos engenhos, e Rendimentos Reaes, Augmento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes» in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Officinas Ghraphicas da Bibliotheca Nacional, 1923, pp. 16, 29; (b) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 145, doc. 10638; (c) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 178, doc. 12742; (d) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (e) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (f) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 38, doc. 2711; (g) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764, (h) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (i) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (j) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318; (l) Tarcísio BOTELHO, «Estimativas da população para o Brasil, séculos XVIII e XIX» in *Quintas Jornadas de Historia Económica, Asociación Uruguaya de Historia Económica [AUDHE]*, 2011, p. 11; (m) Joaquim Noberto de Sousa e SILVA, *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império e de cada província por si tentados desde os tempos coloniais até hoje, 1870*, p. 50; (n) *Idem, ibidem*, p. 50; (o) *Idem, ibidem*, p. 50 e 54.

## A Paraíba em números, 1774–1820

Num dos trabalhos pioneiros, e ainda atual, na demografia histórica, Dauril Alden, calculou a população da colônia, entre os anos de 1772 e 1782, em um pouco mais de 1,5 milhão de habitantes<sup>30</sup>, sendo que quase 70 % dos mesmos estavam concentrados nas capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No conjunto contabilizado por Alden<sup>31</sup>, a Paraíba representava 3,4 % da população total da colônia. Dentre as capitanias que contribuía com os 30 % restantes, o percentual apresentado pela Paraíba não é de todo irrelevante, ainda mais se observarmos o seu peso no conjunto das capitanias do Norte. Em 1782, a população dessas capitanias estavam

<sup>30</sup> D. ALDEN, art. cit, p.191.

<sup>31</sup> Capitanias do Rio Negro, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.



## 2 Evolução da população da Paraíba, 1774–1820

**Fonte:** (1774) «Ideia da população da Capitania de Pernambuco e de suas anexas (...)», op. cit., pp. 16, 29; (1782) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 145, doc. 10638; (1788) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 178, doc. 12742; (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764, (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318; (1808) T. BOTELHO, art. cit., p. 11; (1812) J. N. S. SILVA, op. cit., p. 50; (1820) *Idem, ibidem*, pp. 50 e 54.

distribuídas da seguinte forma: Pernambuco e Alagoas (63 %), Ceará (17 %), Paraíba (14 %) e Rio Grande (6 %)³².

Acompanhando os valores da população total da Paraíba, no intervalo que vai de 1774 até 1820, percebe-se com facilidade que o índice permaneceu estável até os primeiros anos do século XIX, conforme a figura 2³³.

O aumento populacional a partir de 1808 é uma tendência sentida em todo o Brasil. Os números reunidos por Clotilde Paiva³⁴, extraídos de «Memória Estatística do Império do Brasil»³⁵, apresentam a população brasileira em torno de 240 milhões de habitantes, o que significa praticamente o dobro do montante estimado por Dauril Alden para o ano de 1782. É certo que, inserida no conjunto da colônia, a capitania da Paraíba continuava a apresentar um índice equivalente ao da década de 1780, alcançando quase 4 % da população total do território, mas individualmente estava a crescer em número.

³² Dados calculados a partir de um quadro resumo apresentado pelo governador e capitão-general de Pernambuco, extraído das relações dos párocos no ano de 1782. Encontra-se em: «Ideia da população da Capitania de Pernambuco e de suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, Povoações notáveis, Agricultura, numero dos engenhos, e Rendimentos Reaes, Augmento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes», in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Officinas Ghráficas da Bibliotheca Nacional, 1923, p. 110.

³³ O decréscimo para o ano de 1774 prende-se à razão de somente dispormos dos dados de população a partir das listas de desobriga.

³⁴ «Demografia», in Clotilde Andrade Paiva, José Alberto Magno de Carvalho, Valéria da Motta Leite (org.), *Estatísticas históricas do Brasil. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1880*, [2.ª ed.], Rio de Janeiro, IBGE, 1990, p. 31.

³⁵ «Memória Estatística do Império do Brasil», *Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LVIII, parte 1, 1895, pp. 91–9.

Analisando a população da Paraíba quanto à sua fração livre e escrava (Figura 3), verifica-se que a população livre foi sempre amplamente superior à escrava. Para as datas em que estão disponíveis dados, percebe-se que a população livre variou entre 77 % e 85 % do número total de habitantes. O grupo dos escravos, por sua vez, representava cerca de um quinto do conjunto dos moradores da capitania (Figura 4). Embora ainda faltem trabalhos que permitam compreender melhor os fluxos migratórios na Paraíba, não encontramos, até o momento, razões que expliquem o decréscimo no ano de 1811.

Ano	População	Livres	Escravos	% Livres	% Escravos
1774	36 366	-	-	-	-
1782	47 963	-	-	-	-
1788	58 481	-	-	-	-
1798	39 894	31 797	8097	79,7	20,3
1799	50 660	39 288	11 372	77,6	22,4
1800	56 481	45 961	10 520	81,4	18,6
1801	55 655	45 203	10 452	81,2	18,8
1802	56 162	45 495	10 667	81,0	19,0
1804	39 274	31 712	7562	80,7	19,3
1805	49 663	39 635	10 028	79,8	20,2
1808	95 182	74 776	20 406	78,6	21,4
1811	122 407	104 774	17 633	85,6	14,4
1812	95 162	82 174	12 988	86,4	13,6
1820	96 448	79 725	16 723	82,7	17,3

### 3 População da Paraíba. Totais e percentuais de livres e cativos (1774–1820)

Fonte: (1774) «Ideia da população da Capitania de Pernambuco e de suas anexas (...)», op. cit., pp. 16, 29; (1782) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 145, doc. 10638; (1788) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 178, doc. 12742; (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764; (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318; (1808) T. BOTELHO, art. cit., p. 11; (1812) J. N. S. SILVA, op. cit., p. 50; (1820) *Idem, ibidem*, pp. 50 e 54.



### 4 População escrava na Paraíba, 1798–1820 (%)

Quando comparadas as estatísticas da Paraíba com as de outras capitânias do Brasil, é possível constatar que a capitania se aproxima à situação encontrada nas demais regiões. Reunindo os dados apresentados por Marcílio sobre esse aspecto temos que para o Norte, no ano de 1785, a população livre somava 77,8 %, e a cativa, 22,2 %. Já no Nordeste, a média para o intervalo entre 1741 e 1781 era de 64 % de livres e 36 % de escravos. O centro-oeste, sendo uma área de mineração, conseguia obter o índice mais elevado de cativos, somando 63,1 %, em 1793, e 36,9 % de livres<sup>36</sup>.

Observando agora a população da Paraíba sob o prisma da sua composição social, a Figura 5 apresenta as principais categorias sociais com seus correspondentes valores percentuais. Percebe-se que há um relativo equilíbrio para os anos assinalados no gráfico, com predominância absoluta dos mulatos livres, seguidos pelos brancos, pretos e, por último, pelos índios. Os mapas de população não explicitam o que seria considerado como «mulatos» (ou pardos, como por vezes aparece). Segundo, Maria Luiza Marcílio,

La población mixta se clasificaba en los registros censales coloniales como «mulatos» o «pardos». Mestizos descendientes del cruce entre índio y blanco o entre índio y negro fueron a veces incluídos en la categoría «blanco», otras veces en la de «mulato» e incluso, de manera ocasional, en la de «negro»<sup>37</sup>.

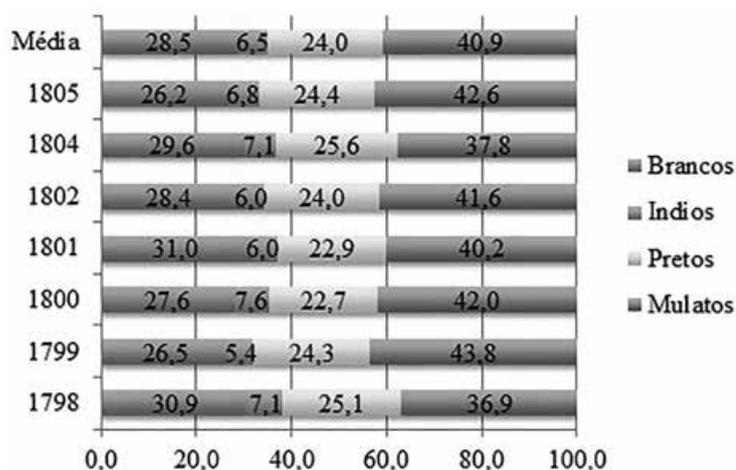
Endossando esta assertiva, o mapa de habitantes da capitania do Maranhão no ano de 1798 apresenta a seguinte observação, no que tange ao seu preenchimento:

As mencionadas 3 Classes [branco, preto e mulato] senão podem apurar sem huma dificultosa inquirição por haverem mulatos quasi brancos, mamalucos, que procedem de Branco, e Índio; Cafuses de mulato, e preto; e mestiços de preto e Índio: O que facilmente se confunde para a classe mais aprocimada, de que procedem. Os Índios dispersos, que não tem Povoação, vão na Classe dos Mulatos nas Parochias, em que existem<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> Dados adaptados de M. L. MARCÍLIO, op. cit., 1973b, p. 24

<sup>37</sup> M. L. MARCÍLIO, op. cit., 1990, p. 56.

<sup>38</sup> AHU, *Conselho Ultramarino*, Maranhão, Cx. 104, doc. 8313 (OFÍCIO do governador e capitão do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter nove mapas, uma tabela e um mapa que abrange as totalidades e observações de todos, nomeadamente, sobre as ocupações dos habitantes da capitania do Maranhão, as produções, os consumos, as importações, as exportações, os preços dos géneros, os rendimentos da alfândega e o número dos habitantes que faleceram, relativos ao ano de 1798. São Luís do Maranhão, 29 de abril de 1799). Agradeço a Isabel Sampaio Soares a indicação documental para esta informação.



##### 5 Composição social na Paraíba, 1798–1805 (%)

Fonte: (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764, (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318.

Embora não estejam disponíveis fontes para caracterização da composição social da capitania em data anterior a 1798, a constatação dos mulatos livres como grupo mais numeroso deve estar diretamente relacionada à política de incentivo à miscigenação empreendida pelo Marquês de Pombal a partir de 1755 com a instalação do Diretório. Este argumento permite igualmente explicar o reduzido número de índios. A Paraíba sempre contou com uma elevada população indígena, embora sua dimensão viesse a ser continuamente reduzida desde o contato inicial com os europeus. Portanto, o baixo valor de índios e o elevado índice de mulatos pode ser lido, duplamente, como uma consequência do incentivo à miscigenação promovido durante o período pombalino, que se processou com a criação de vilas a partir das antigas aldeias indígenas<sup>39</sup>, com o deslocamento de aldeamentos, assim como com a promoção de casamentos entre brancos e indígenas<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Na Paraíba esta determinação deu lugar à criação da Vila da Baía de São Miguel (1762), da Vila de Montemor (1762) e da Vila de Nossa Senhora do Pilar (1763). Ricardo Pinto de MEDEIROS, «Contatos, conflitos e redução: trajetórias de povos indígenas e índios aldeados na Capitania da Paraíba durante o século XVIII» in Carla Mary Oliveira, Mozart Vergetti de Menezes, Regina Célia Gonçalves (orgs.), *Ensaio sobre a América Portuguesa*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2009, p. 126.

<sup>40</sup> Fátima Martins Lopes, analisando a demografia indígena das vilas de índios da capitania do Rio Grande do Norte, observa que a diminuição da população indígena ocorre concomitantemente ao aumento da população não índia. Este fenômeno, juntamente com as reduzidas taxas de crescimento vegetativo entre os índios, fornecem argumentos para se pensar que os indígenas e seus descendentes (provenientes dos casamentos mistos) não diminuiriam simplesmente, mas que foram diluídos entre o grande grupo dos mestiços/pardos. Ver Fátima Martins LOPES, «Miscigenação nas vilas indígenas no Rio Grande do Norte» *Revista Mosaico*, Vol. 4, n.º 2, jul.–dez. 2011, pp. 183–96.

A ressalva contida no mapa do Maranhão de que «os Índios dispersos, que não tem Povoação, vão na Classe dos Mulatos nas Paroquias, em que existem» pode, outrossim, vir a ser utilizada como uma possível chave de leitura para o caso da Paraíba, uma vez que a dificuldade na categorização dos habitantes deve ter sido uma constante em todas as capitânicas que elaboraram os tais mapas e que os critérios para a classificação do que está a ser considerado como «índio» não se encontram estabelecidos nos mapas. Desta forma, os indígenas, representados pela média de 7 % da população, devem, em boa medida, corresponder aos que pertenciam aos antigos aldeamentos.

No que diz respeito à categoria jurídica, a população divide-se em dois conjuntos: livres e cativos<sup>41</sup>. A Figura 6 mostra os índices para os anos em análise. Pode-se verificar que no grupo dos livres os mulatos são mais numerosos, ao passo que, entre os cativos, os pretos sobressaem.

	1798	1799	1800	1801	1802	1804	1805	1811	1812
<b>Branços</b>	30,9	26,5	27,6	31,0	28,4	29,6	26,2	36,9	37,8
<b>Índios</b>	7,1	5,4	7,6	6,0	6,0	7,1	6,8	2,8	3,5
<b>Pretos</b>	25,1	24,3	22,7	22,9	24,0	25,6	24,4	10,1	18,9
<b>Mulatos</b>	36,9	43,8	42,0	40,2	41,6	37,8	42,6	50,2	39,8
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Pretos cativos</b>	17,6	17,3	15,3	15,0	14,8	15,2	15,2	3,2	11,0
<b>Mulatos cativos</b>	2,7	5,2	3,3	3,8	4,2	4,1	5,0	11,2	2,6
<b>Pretos livres</b>	7,5	7,0	7,4	7,9	9,2	10,4	9,2	6,9	7,9
<b>Mulatos livres</b>	34,3	38,6	38,7	36,4	37,4	33,7	37,6	39,0	37,1

#### 6 Composição social e jurídica na Paraíba, 1798-1820 (%)

Fonte: (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764; (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318; (1808) T. BOTELHO, art. cit., p. 11; (1812) J. N. S. SILVA, op. cit., p. 50; (1812) *Idem, ibidem*, p. 50.

Uma população em crescimento, composta predominantemente por brancos e mulatos livres e apresentando uma população cativa formada, em sua grande maioria, por pretos. Esse é o breve perfil que por ora pode ser coletado dos dados apresentados. No que diz respeito à razão de sexos, que expressa a relação entre homens e mulheres, os resultados da Figura 7 mostram que há um decréscimo desse indicador, denotando-se a progressiva tendência para um equilíbrio na razão entre os sexos.

<sup>41</sup> Nos mapas de população esta divisão contempla somente os pretos e mulatos. Manteremos também aqui esta disposição na apresentação dos dados.

1782	1788	1798-1805
114,4	105,4	99,1

Razão de sexos por grupos, 1798-1805				
Branços	Pretos livres	Pretos cativos	Mulatos livres	Mulatos cativos
89,90	115,2	106,1	101,0	105,2

#### 7 População total, razão de sexos em 1782, 1788, 1798-1805

Fonte: (1782) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 145, doc. 10638; (1788) AHU, *Conselho Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 178, doc. 12742; (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764, (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318.

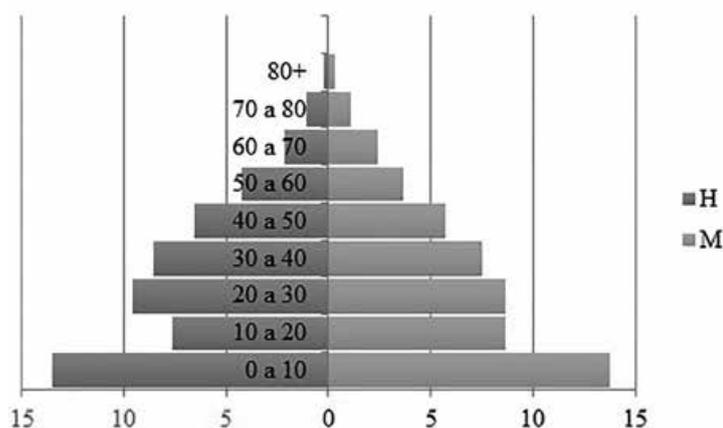
Relacionando os dados da tabela acima com aqueles disponibilizados por Marcílio (Figura 8), para as décadas de 1770 e 1780, os números encontrados para a Paraíba mostram-se em consonância com as realidades de outras regiões do Brasil nesse mesmo período. Até a década de 1780, o desequilíbrio na proporção entre homens e mulheres, com o favorecimento destas era uma realidade comum em diversas partes do território colonial. Já a média entre os anos de 1798 e 1805 evidencia uma diminuição global no indicador e a subsequente proporção numérica entre os dois sexos.

Regiões	Anos 1774-1786
Norte	113
Nordeste	(101)
Leste	(138)
Sul	(91)
Centro-Oeste	164

#### 8 Razão de masculinidade da população brasileira por regiões

Fonte: M. L. MARCÍLIO, op. cit., 1973b, p. 22.

Os dados relativos à estrutura etária revelam igualmente uma tendência encontrada na maioria das capitanias. A larga base da pirâmide (Figura 9), assim como dos grupos entre os 20 e os 40 anos, não deixa dúvidas de que se trata de uma população nomeadamente jovem e em crescimento. A retração no grupo masculino entre os 10 e 20 anos pode se tratar de erro de fonte ou de uma considerável migração dessa população. Para melhor explicar esse detalhe seria necessário identificar em qual grupo social ocorre, de maneira acentuada, esse desnível e confrontar, igualmente, com as taxas de natalidade e mortalidade.



### 9 Pirâmide etária da Paraíba, 1798–1805

**Fonte:** (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764, (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318.

Complementando a informação exposta na pirâmide etária, os valores encontrados na Figura 8 mostram que o grupo mais jovem, de 0 a 19 anos, compõe-se de brancos e mulatos cativos, representados por 45 % da população total. No segmento dos adultos, dos 20 aos 59 anos, predominam os índios, pretos livres e cativos e mulatos livres. Todos com uma expressividade numérica superior a 50 % do total global de habitantes.

	0-19	20-59	60+	Total
<b>População total</b>	41,0	51,9	7,1	100,0
<b>Branços</b>	45,0	48,7	6,3	100,0
<b>Índios</b>	39,8	54,1	6,2	100,0
<b>Pretos livres</b>	35,6	55,1	9,4	100,0
<b>Pretos cativos</b>	36,2	56,8	7,1	100,0
<b>Mulatos livres</b>	41,1	51,5	7,5	100,0
<b>Mulatos cativos</b>	45,9	47,9	6,2	100,0
<b>Total pop. livre</b>	40,0	52,2	7,8	100,0
<b>Total pop. cativa</b>	38,2	54,9	6,9	100,0

### 10 Composição da população por grupos etários, 1798–1805 (%)

**Fonte:** (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764, (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318.

Focando apenas nos dados para a população livre e cativa, pode-se identificar um comportamento equivalente àquele encontrado por Marcílio para São Paulo (1798), Mato Grosso (1800) e Maranhão (1798). Nessas três capitanias, nos anos assinalados, no segmento dos jovens (0 a 20 anos), os livres são sempre mais numerosos, enquanto que entre os adultos (20 a 60 anos) os

cativos são mais expressivos<sup>42</sup>. Na Paraíba, 40 % da população jovem é livre e 54,9 % da população em idade produtiva é composta por cativos, o que indica um crescimento mais acentuado entre os brancos e mulatos livres, que constituíam, por sua vez, a parcela mais numerosa dos habitantes livres da capitania.

Completando este breve esboço da população da Paraíba, a a Figura 11 contempla a idade média ao casamento para os grupos sociais presentes na capitania. Neste caso, pode-se encontrar uma maior variação para o sexo feminino entre os diferentes grupos. Enquanto que as mulheres brancas se casavam pela primeira vez por volta dos 26/27 anos, as mulatas livres contraíam matrimônio mais cedo, pelos 25 anos. O efetivo dos homens, para os mesmos dois grupos, também é equivalente, ou seja, é mais elevado para os brancos e inferior para os mulatos livres.

Este índice também deve ser interpretado considerando-se o casamento enquanto estratégia econômica entre os grupos sociais. A historiografia já apontou como os enlaces matrimoniais constituíam um fator importante para a elite, visto que estavam relacionados ao aumento e à transmissão do patrimônio. Já entre a população livre poderiam significar uma questão de segurança. A posse de pequenas propriedades e o cultivo de gêneros agrícolas por este setor da população estaria mais bem assegurada com a formalização da união do casal e dos possíveis filhos decorrentes do mesmo. Além disso, a precocidade, entre os livres, também estava relacionada à falta de necessidade de um cabedal inicial antes do casamento, conforme assinala Sérgio Nadalin<sup>43</sup>.

	Homens	Mulheres
<b>Branco</b>	30,3	26,9
<b>Índios</b>	28,1	24,9
<b>Pretos livres</b>	30,4	28,3
<b>Pretos cativos</b>	29,2	26,8
<b>Mulatos livres</b>	28,0	25,2
<b>Mulatos cativos</b>	28,9	27,0
<b>Total Paraíba</b>	29,0	26,2

11 Idade média ao casamento.  
Paraíba, 1798–1805<sup>44</sup>

**Fonte:** (1798) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 35, doc. 2510; (1799) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 36, doc. 2617; (1800) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, 38, doc. 2711; (1801) AHU, Paraíba, Cx. 39, doc. 2764, (1802) AHU, Paraíba, Cx. 41, doc. 2890; (1804) AHU, Paraíba, Cx. 46, doc. 3273; (1805) AHU, *Conselho Ultramarino*, Paraíba, Cx. 47, doc. 3318.

<sup>42</sup> São Paulo: 52,4 % (livres) entre 0 e 20 anos e 49,5 % (escravos) entre 20 e 60 anos; Mato Grosso: 49 % (livres) entre 0 e 20 anos e 62,3 % (escravos) entre 20 e 60 anos; Maranhão: 40 % (livres) entre 0 e 20 anos e 57,5 % (escravos) entre 20 e 60 anos. M. L. MARCÍLIO, op. cit., 1973b, pp. 25–6.

<sup>43</sup> Sérgio Odilon NADALIN, «A população no espaço colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade», *Topoi*, Vol. 4, n.º 7, jul.–dez. 2003, p. 236.

<sup>44</sup> A idade média ao casamento foi determinada da seguinte forma: 1) foi calculado o ponto médio para cada um dos intervalos etários, com exceção para a classe 10–20 em que se atribuiu o valor de 18 como ponto médio; 2) multiplicou-se o ponto médio pelo número de casamentos para cada uma das classes etárias; 3) dividiu-se o produto pelo total de observações.

## Considerações finais

Fundada no final do século XVI como um espaço de produção e ocupação colonial, a Paraíba prosperou inicialmente com o negócio do açúcar, principal produto destinado à exportação. O primeiro núcleo de povoamento concentrou-se na Cidade de Nossa Senhora das Neves, a qual viria a ser chamada, depois de outras denominações, Cidade da Paraíba.

A interiorização do espaço e a criação de novas povoações, freguesias e vilas ao longo dos séculos XVII e XVIII, juntamente com a expansão da pecuária pelo interior da capitania conferiu uma nova dinâmica comercial, econômica, administrativa e populacional à capitania. A zona geográfica ocupada ampliou-se, e a distribuição populacional pelo espaço foi sendo modificada. Apesar do novo arranjo que a Paraíba foi conhecendo ao longo de todo o período colonial, a Cidade da Paraíba sempre se preservou como o núcleo mais densamente povoado da capitania.

Nas fronteiras norte e sul, a Paraíba tinha como vizinhas as capitanias do Rio Grande e de Itamaracá, respectivamente. Abaixo desta, situava-se Pernambuco, capitania que exerceu forte influência política em todo o território setentrional do antigo Estado do Brasil. Nesse espaço, que hoje corresponde em grande parte ao Nordeste, Pernambuco desfrutou da hegemonia da produção açucareira, tendo um dos portos mais dinâmicos de toda a região. A antiguidade da sua ocupação, assim como o sucesso das atividades econômicas e do negócio do açúcar transformou-a num dos principais polos populacionais da colônia.

Apesar de mais de 60 % da população das capitanias do Norte, como mostra a estatística de 1782, estar concentrada em Pernambuco e Alagoas, a Paraíba constituía um importante núcleo populacional. Entre o final do século XVI e início do XVII ela representava o baluarte de defesa das conquistas obtidas ao sul do rio Paraíba, como aponta Regina Célia Gonçalves. Com a consolidação da ocupação desse espaço, a capitania da Paraíba tornou-se parte das dinâmicas mercantis e populacionais da América portuguesa.

Tomando-se o território da América portuguesa como um todo, a Paraíba não alterou significativamente sua representatividade no conjunto das capitanias desde o final do século XVIII até 1808. Contudo, como a população da colônia apresentou um aumento nesse período, a Paraíba acompanhou igualmente este crescimento, conforme ficou demonstrado nos dados apresentados.

Os mapas de população de 1798 a 1805 mostram que a Paraíba na virada do século XVIII possuía uma numerosa população de brancos e mulatos livres, estes congregando as diversas possibilidades de mestiçagem possíveis.

Os indígenas compunham, nessa altura, um grupo reduzido na capitania, embora boa parte da população indígena ou dos seus descendentes possam estar encobertos nos números dos mulatos livres, como ficou indicado. Trata-se ainda de uma população jovem, de maioria livre, em crescimento e equilibrada na sua razão de masculinidade.

Assim, procuramos expor algumas informações do regime demográfico encontrado na capitania da Paraíba no final do século XVIII e início do XIX. Os mapas de população são também ricos em muitos outros dados que não foram explorados neste artigo. Taxas brutas de natalidade, nupcialidade e mortalidade, crescimento da população e dos grupos populacionais, distribuição desses no espaço da capitania são alguns de tantas outras informações que estão a ser sistematizadas.

### Fontes Manuscritas

#### ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

*Conselho Ultramarino*, Maranhão, Cx. 104, doc. 8313. Paraíba, Cx. 1, doc. 37; Cx. 35, doc. 2510; Cx. 36, doc. 2617; Cx. 38, doc. 2711; Cx. 39, doc. 2764; Cx. 41, doc. 2890; Cx. 46, doc. 3273; Cx. 47, doc. 3318. Pernambuco, Cx. 145, doc. 10638; Cx. 178, doc. 12742. Rio Negro, Cx. 2, doc. 113.

### Fontes Impressas e Bibliografia

- ALDEN, Dauril, «The population of Brazil in the late eighteenth century. A preliminar study», *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 43, n.º 2, mai. 1963, pp. 173–205.
- ALMEIDA, Horácio de, *História da Paraíba*, Vol. 2, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALVEAL, Carmen, «Capitanias do Norte (Brasil)» in J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dirs.), *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*, Lisboa, CEHC-IUL, 2014. Disponível em <http://edittip.net/2014/02/04/capitanias-do-norte/>.
- BOTELHO, Tarcísio, «Estimativas da população para o Brasil, séculos XVIII e XIX» in *Quintas Jornadas de Historia Económica*, Asociación Uruguaya de Historia Económica [AUDHE], 2011, pp. 1–16. Disponível em [http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/sexso\\_22\\_paper\\_botelho.pdf](http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/sexso_22_paper_botelho.pdf).
- CARVALHO, Juliano Loureiro de, *Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750–1808*, tese de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- COSTA, Iraci del Nero da, *Vila Rica: População (1719–1826)*, São Paulo, IPE-USP, 1979.
- «Demografia», in Clotilde Andrade Paiva, José Alberto Magno de Carvalho e Valéria da Motta Leite, *Estatísticas históricas do Brasil. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1880*, [2.ª ed.], Rio de Janeiro, IBGE, 1990, pp. 19–52.
- GALIZZA, Diana, *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850–1888*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979.
- GONÇALVES, Regina Célia, *Guerras e Açúcares: Política e economia na Capitania da Parayba (1585–1630)*, Bauru, Edusc, 2007.
- GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz, *A Colonização do Sertão da Paraíba: Agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650–1730)*, tese de mestrado em Geografia, João Pessoa, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- «Ideia da população da Capitania de Pernambuco e de suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, Povoações notáveis, Agricultura, numero dos engenhos, e Rendimentos Reacs, Augmento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitão General José Cezar de Menezes», in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Officinas Ghraphicas da Bibliotheca Nacional, 1923, pp. 1–111.
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa, *Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: Escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*, tese de doutoramento em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

- LOPES, Fátima Martins, «Miscigenação nas vilas indígenas no Rio Grande do Norte», *Revista Mosaico*, Vol. 4, n.º 2, jul.–dez. 2011, pp. 183–96.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, *A Cidade de São Paulo: Povoamento e população, 1750–1850*, São Paulo, Edusp, 1973a.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, «Crescimento histórico da população brasileira até 1872», *Cadernos CEBRAP*, Vol. 16, 1973b, pp. 2–26. Disponível em [http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/crescimento\\_historico\\_da\\_populacao.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/crescimento_historico_da_populacao.pdf).
- MARCÍLIO, Maria Luiza, «La población colonial» in L. Bethell (ed.), *Historia de América Latina. América Latina colonial: población, sociedad y cultura*, Vol. 4, Barcelona, Editorial Crítica, 1990, pp. 39–60.
- MATOS, Paulo Teodoro de, «Population Censuses in the Portuguese Empire, 1750–1820: Research Notes», *Romanian Journal of Population Studies*, Vol. VII, n.º 1, jan.–jun. 2013, p. 16.
- MATOS, Paulo Teodoro de e SILVEIRA E SOUZA, Paulo, «A estatística da população na América Portuguesa, 1750–1820» in *Memórias. Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe*, Barranquilla, Colombia, Vol. 11, n.º 25, jan.–abr., 2015, pp. 72–103.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de, «Contatos, conflitos e redução: trajetórias de povos indígenas e índios aldeados na Capitania da Paraíba durante o século XVIII» in Carla Mary Oliveira, Mozart Vergetti de Menezes e Regina Célia Gonçalves (org.), *Ensaio sobre a América Portuguesa*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2009, pp. 115–29.
- «Memória Estatística do Império do Brasil», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LVIII, parte 1 (1895), pp. 91–9.
- MENEZES, Mozart Vergetti de, *Colonialismo e Ação. Fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647–1755)*, tese de doutoramento em História Econômica, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- NADALIN, Sérgio Odilon, «A população no espaço colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade», *Topoi*, Vol. 4, n.º 7, jul.–dez. 2003, pp. 222–75. Disponível em [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi%2007/topoi7a2.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a2.pdf)
- OLIVEIRA, Elza Régis de, *A Paraíba na Crise do Século XVIII: Subordinação e autonomia*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2007.
- PAIVA, Yamê Galdino de, *Capitania da Paraíba: População e Circuitos mercantis na virada para o século XIX*, tese de licenciatura em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- PINTO, Irineu Ferreira, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, Vol. 1, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977.
- PUNTONI, Pedro, *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650–1720*, São Paulo, Edusp, 2002.
- ROCHA, Solange Pereira da, *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, família e parentesco espiritual*, tese de doutoramento em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- SILVA, Joaquim Noberto de Sousa e, *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada Província per si Tentados desde os Tempos Coloniais até hoje*, São Paulo, IPE/USP, 1986.